

Redes de Financiamento Eleitoral nas Eleições de 2008 no Litoral do Paraná

Rodrigo Rossi Horochovski

Ivan Jairo Junckes

Edson Armando Silva

Neilor Fermino Camargo

Leandro Batista de Almeida

Joseli Maria Silva

Resumo

Quem são os atores centrais nas redes de financiamento eleitoral? Como as posições dos atores nessas redes relacionam-se aos resultados eleitorais? Que estratégias podem ser identificadas a partir das posições dos atores? Para responder essas questões, aplicamos a análise de redes sociais sobre os dados das eleições de 2008, no litoral do Paraná. As clivagens regional, partidária e de gênero revelaram baixa integração intermunicipal e alta centralidade das candidaturas majoritárias. Encontramos, também, duas estratégias principais entre os atores: 1) buscar posições centrais em torno das campanhas majoritárias mais bem sucedidas; 2) isolar-se das redes de financiamento,

Sobre os autores:

Rodrigo Rossi Horochovski é professor do curso de Bacharelado em Gestão Pública e dos Programas de Pós Graduação em Ciência Política e em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: rodrigorh@ufpr.br

Ivan Jairo Junckes é professor do curso de Bacharelado em Gestão Pública e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Edson Armando Silva é professor do curso de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Neilor Fermino Camargo é professor do curso de Informática e Cidadania da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Tecnologia da Informação pela UFPR.

Leandro Batista de Almeida é professor do Departamento Acadêmico de Informática – DAINF, da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR). Mestre em Telemática pela UTFPR.

Joseli Maria Silva é professora do curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

adotada sobretudo pelos candidatos a vereador. Apesar da assimetria de gênero, as mulheres eleitas exercem intermediação na rede e não há diferenças estatísticas significativas entre mulheres e homens para esta medida.

Palavras Chave: análise de redes sociais; financiamento eleitoral; eleições municipais; litoral do Paraná.

Abstract

Who are the central actors in the networks of electoral funding? How the positions of these actors in these networks are related to the election results? Which strategies can be identified from the positions of these actors? To answer these questions, we applied social network analysis on the data of the 2008 election, on the coast of Paraná. The regional, partisan, and gender cleavages revealed low inter-municipal integration and high centrality of major candidates. We have also found two main strategies among actors: 1) seek central positions around the most successful major campaigns; 2) isolate funding networks, adopted mainly by candidates for councilor. Despite gender asymmetry, elected women exert intermediation in the network and there are no significant statistic differences between women and men regarding this measure.

Keywords: Social network analysis; election funding; municipal elections; coast of Paraná.

Artigo recebido em 10 de outubro de 2013; aceito para publicação em 20 de dezembro de 2013.

Introdução

O artigo investiga as redes de financiamento político das eleições municipais de 2008, no litoral do Paraná. Trata-se de pesquisa piloto, com o propósito de construir uma estratégia metodológica para descrever e analisar redes sociais formadas pelos atores que compõem a dinâmica do financiamento eleitoral no Brasil, quais sejam: financiadores privados, candidatos, diretórios e comitês. As seguintes questões nos orientam: Quem são os atores centrais nas redes de financiamento eleitoral? Como as posições dos atores nessas redes relacionam-se aos resultados eleitorais? Que estratégias podem ser identificadas a partir das posições dos atores?

A escolha do litoral do Paraná para esta investigação deve-se ao fato de que a sua dinâmica política regional é bastante conhecida dos autores, o que possibilita maior controle dos dados, aumentando a precisão na definição da estratégia metodológica de elaboração das redes com vistas a futuras análises. Isso é necessário quando se

considera o caráter inovador da pesquisa e suas possibilidades de aplicação em diferentes escalas.

Apesar da importância do tema, as pesquisas sobre financiamento político são escassas e, em geral, focam atributos de atores específicos. Adla Bourdoukan (2009, p.14) afirma em tom categórico: “causa espanto o pequeno número de trabalhos de ciência política sobre esse tema”. A autora descreve o campo como marcado pela dificuldade de acesso a dados e por um grande número de estudos pouco analíticos e eminentemente normativos produzidos por ONGs e órgãos governamentais. Daniel Zovatto (2005, p. 289) afirma, nesse sentido, que muitos estudos retroalimentam-se em um debate endógeno caracterizado pela intensa utilização de modelos econométricos que reforçam a relação entre volume de recursos e número de votos obtidos.

Vários esforços têm sido realizados no Brasil para superação desse quadro. Podemos citar inicialmente os trabalhos da organização Transparência Brasil, do Instituto Ethos e da *Transparency International*. No campo acadêmico dispomos de diversos estudos relevantes sobre a dinâmica geral do processo e do comportamento eleitoral, tais como Fleischer (2002), Araújo (2004), Zovatto (2005), Abramo (2005 e 2005a), Rubio (2004, 2005 e 2005a), Castro (2005), Baquero (2007), Bourdoukan (2009), Carvalho (2009), Peixoto (2009), Cervi (2009 e 2010), Lemos, Marcelino & Pederiva (2010), Bolognesi & Cervi (2011), Reis, Ferreira & Fialho (2011), Mancuso & Speck (2012). Destaca-se o bem-sucedido estudo de Boas, Hidalgo & Richardson (2013) que, utilizando técnicas de regressão, analisa os impactos das doações de campanha sobre a possibilidade de obtenção de contratos na esfera do Governo Federal. Simone Bohn (2009) e José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto & Fátima Jordão (2012) observam o fenômeno sob a perspectiva de gênero.

Os estudos citados caracterizam-se por perspectivas descritivas com ênfase em recursos quantitativos. Nenhum dos trabalhos explora a estrutura formada pelas redes de financiamento. Essencialmente porque não fora seu foco a análise do financiamento político a partir dos relacionamentos que os atores que o constituem estabelecem entre si. Neste contexto repousa o caráter inédito da presente proposta, que se vale de ferramentas oferecidas pela Análise de Redes Sociais (ARS).

A dinâmica do financiamento eleitoral pode ser interpretada como uma rede social porque contém relacionamentos que conectam atores por meio de transações de determinado recurso, no caso, as

doações efetuadas. Assim, doadores e receptores de recursos assumem a condição de *nós* de uma rede e cada conexão estabelecida pelas doações, a de *arestas*¹.

A vantagem do uso da metodologia em questão é que ela permite observar não apenas dados quantitativos, mas uma topologia, a partir da qual é possível detectar posições centrais e periféricas e identificar comunidades (grupos de atores que apresentam uma relação interna mais intensa), entre outras características derivadas dos relacionamentos. Em outras palavras, a análise de redes, para além da estatística convencional, permite a descrição estrutural de um conjunto de relações e diversos cálculos de medidas, apresentados e descritos ao longo deste texto, tais como componentes, modularidade por comunidades, centralidade de intermediação entre outras. Descrevemos os papéis estabelecidos a partir do financiamento político de forma simplificada no modelo representado na Figura 1, abaixo.

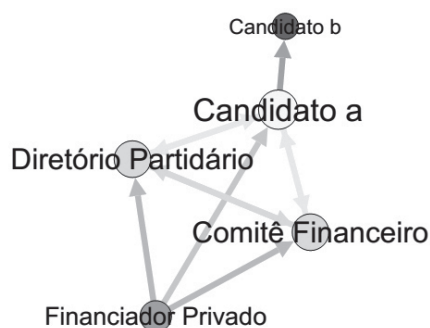


Figura 1 – Modelo de relacionamentos na rede de Financiamento Político no Brasil

Fonte: Elaboração dos autores

Uma rede pode ser descrita a partir de diversas expressões matemáticas que permitam a conjugação de pares de nós, como conjuntos, matrizes, planilhas, etc. Para a construção das redes, grafos² e

1. Na construção da rede, à exceção dos financiadores privados (pessoas jurídicas e físicas que não sejam candidatas), cada um dos atores pode aparecer no papel de doador e/ou no papel de receptor de doações. Neste caso, o ator estará representado por dois diferentes nós.
2. Grafo é um conjunto finito de nós ligados pelo grupo de arestas que os conectam (DEGENNE & FORSE, 2007).

cálculos de medidas presentes neste texto, empregamos o *software Gephi 0.8.2 Beta*, ferramenta capaz de processar redes com milhões de dados e que possui uma interface amigável e intuitiva.

A estruturação dos dados para que eles pudessem ser processados no *Gephi* apresentou um desafio inicial: a falta de normalização na forma como eles foram disponibilizados pelo TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

Cada um dos atores que pode receber doação e assumir despesas no processo eleitoral é obrigado a fazer prestação de contas ao TSE. Esta prestação de contas assume a forma de uma contabilidade de partida dobrada, de modo a zerar a relação entre receitas e despesas, por um lado, e facilitar a fiscalização do ponto de vista contábil, por outro. É com este objetivo que os dados estão organizados nas planilhas disponibilizadas pelo TSE, e não em função de análises da dinâmica do financiamento político-eleitoral.

Uma consequência do modelo original de organização dos dados é a inexistência de um identificador único que permita capturar univocamente um ator em diferentes planilhas de prestação de contas³. Diante disso, foi necessário desenvolver, para esta pesquisa, um banco de dados normalizado, completando-se as informações através de técnicas de mineração de dados que tornassem possível a identificação unívoca de atores equivalentes nos diversos registros disponibilizados pelo TSE.

3. Entre vários exemplos disso, pode-se mencionar o de um candidato a vereador que, ao receber recursos de um candidato a prefeito, declara o recebimento ora usando o CNPJ da candidatura correspondente, ora o CPF do candidato a prefeito (“doador”, neste caso), o que pode sugerir a existência de dois doadores distintos quando, na realidade, se trata de um mesmo agente. Situação semelhante pode ocorrer na relação entre um comitê e um candidato, na qual este, ao declarar receita advinda daquele, cita apenas o nome, frequentemente genérico, de “Comitê Financeiro Único”, omitindo a unidade eleitoral e o partido. Como consequência, tome-se a seguinte hipótese: uma doação de R\$100.000,00 destinada a um partido, transferida a um comitê e distribuída entre várias candidaturas poderá replicar-se nas diferentes tabelas de receitas dando a impressão da realização de um valor significativamente maior, falseando um cálculo bastante popular chamado “custo do voto”. É necessário frisar, também, que partidos e comitês podem arcar diretamente com despesas de candidaturas, parcial ou totalmente. Neste caso, na prestação de contas do candidato, esta despesa não aparece como doação. Em suma, o uso direto dos dados disponibilizados pelo TSE pela metodologia de análise de redes pode levar a erros crassos e a superação deste desafio consumiu bastante tempo.

No desenvolvimento da análise no presente trabalho, investigamos as disposições de redes a partir de três clivagens complementares: clivagem regional, clivagem partidária e clivagem de gênero. O artigo inicia-se com uma breve caracterização da região estudada e do universo da pesquisa, principalmente dos atores que compõem a rede. A seguir, expomos e discutimos os achados da investigação. Nessa seção, aspectos teórico-metodológicos e medidas proporcionadas pela teoria de redes são explicados conforme aparecem na apresentação dos dados empíricos. As considerações finais versam principalmente sobre as contribuições desta investigação para ampliação dos estudos das redes de financiamento político no Brasil.

I. O objeto da pesquisa

Com 6.333,23 km², o Litoral do Paraná é uma microrregião composta por sete municípios, nos quais, em 2010, vivia uma população de 265.392 habitantes (IBGE, 2010). Desses, cerca de 53% se concentravam na cidade de Paranaguá, centro regional e sede do segundo mais importante porto do Brasil. Em 2008, a região tinha aproximadamente 189 mil eleitores, com proporção ligeiramente superior de mulheres (Tabela 1). Com 94.234 eleitores, Paranaguá respondia por metade do eleitorado regional. As proporções de homens e mulheres se equivalem, com ligeira vantagem para estas.

Tabela 1. Eleitorado do Litoral do Paraná - 2008, segundo município e gênero

Município	Feminino		Masculino		N. Inf.		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Antonina	7.726	49,36%	7.902	50,48%	25	0,16%	15.653	8,28%
Guaraqueçaba	2.931	45,14%	3.531	54,38%	31	0,48%	6.493	3,43%
Guaratuba	11.801	50,44%	11.548	49,36%	48	0,21%	23.397	12,37%
Matinhos	11.109	51,33%	10.523	48,62%	10	0,05%	21.642	11,44%
Morretes	6.869	48,99%	7.137	50,90%	15	0,11%	14.021	7,41%
Paranaguá	47.918	50,85%	46.195	49,02%	121	0,13%	94.234	49,82%
Pontal do Paraná	6.827	49,84%	6.866	50,13%	4	0,03%	13.697	7,24%
Total	95.181	50,32%	93.702	49,54%	254	0,13%	189.137	100,00%

Fonte: TSE - Repositório de dados eleitorais

Havia, na ocasião, 72 cargos em disputa – sete de prefeito e 65 de vereador, sendo 11⁴ em Paranaguá e nove em cada um dos demais municípios. Esses cargos atraíram um total de 909 candidatos – 683 homens e 226 mulheres, que, a princípio, constituiriam o universo desta pesquisa (Tabela 2). Todavia, 383 candidatos não prestaram contas ao TSE. Não há, neste grupo, candidatos eleitos ou com votações importantes e o efeito imediato desta situação é a impossibilidade de disputar pleitos futuros enquanto não se regularize a situação do candidato. No tocante a esta investigação, esta lacuna não tem efeitos significativos em função da referida inexpressividade deste conjunto de atores.

Tabela 2. Candidatos Litoral do Paraná - 2008, segundo gênero

Gênero	N	%
Feminino	226	24,86%
Masculino	683	75,14%
Total	909	100,00%

Fonte: TSE - Repositório de dados eleitorais

Um limite importante a ser destacado para esta pesquisa refere-se ao fato de que é possível analisar somente redes de financiamento político daqueles candidatos que prestaram contas, ou seja, que declararam ter recebido doações legais. No caso em tela, isso implica uma redução no número de candidaturas analisáveis para 566, sendo 128 mulheres e 438 homens.

Além de candidatos e doadores, as redes de financiamento eleitorais contam com atores não enquadrados na relação binária doação/recebimento, como, por exemplo, comitês e diretórios. Trata-se de atores *sui generis*, pois recebem, doam e executam despesas, o que acarreta efeitos importantes, explorados ao longo deste texto. A título de exemplo, as relações transitivas doador→comitê/diretório→candidato e doador→comitê/diretório→diretório/comitê

4. Apesar de Paranaguá constituir distrito eleitoral de magnitude pouco maior que as das demais cidades – por força do Art. 21, inciso IV da Constituição Federal, que estipula o número de vereadores dos municípios em função de faixas populacionais –, seu eleitorado é significativamente maior. Um efeito disso é que, apesar de o número máximo de candidaturas possíveis não ser expressivamente superior, este município apresentou a rede mais dinâmica e densa na região, como se verá adiante.

impedem, por um lado, a identificação do vínculo direto estabelecido entre financiador privado e candidato. Por outro lado, revelam uma estratégia partidária de distribuição de recursos, projetando comitês e diretórios para uma posição de centralidade nas redes de financiamento, como demonstraremos a seguir.

A rede de financiamento político das eleições 2008 no litoral do Paraná é formada por 1.857 nós, os quais se classificam em financiadores privados, candidato/a, diretórios e comitês⁵. Além das 566 candidaturas, os doadores de campanha são 1.254, sendo 1.069 pessoas físicas, e 185, jurídicas. Dentre estas, há 37 diretórios e comitês⁶.

Considerando a disputa ao cargo de vereador, havia 416 homens e 124 mulheres. Elas representavam, portanto, 23% das candidaturas que prestaram contas, proporção expressivamente inferior à cota de gênero determinada para apresentação de candidaturas em eleições proporcionais pelos partidos e coligações – vale lembrar que, considerando todas as candidaturas a vereador, as mulheres somavam 25%, número também inferior à cota.

A região reproduz a realidade brasileira, de assimetria entre os gêneros. Para cada vereadora, elegeram-se, cerca de 10 vereadores. Esta mesma proporção se verifica entre os votos dados a mulheres eleitas em relação a homens eleitos na disputa pela vereança, em linha com os dados nacionais. Naquelas eleições (2008), as mulheres representavam 12,5% dos eleitos em todo o Brasil. Tal percentual não difere substancialmente dos atingidos nos dois pleitos anteriores, quando elas obtiveram 12,7% (em 2004) e 11,6% (em 2000) das cadeiras em disputa, o que indica uma característica estrutural do processo. Conforme dados compilados por Bolognesi (2012), a introdução das cotas manteve a situação praticamente inalterada.

5. Diretórios e comitês de uma mesma unidade eleitoral representando o mesmo partido foram agregados no mesmo nó nas tabelas, quadros e grafos, visto que para a nossa análise tais atores exercem o mesmo papel.
6. Apesar de haver atores que doam e outros que recebem, fluxo que parece configurar um relacionamento direcional, tratamo-lo como não direcional, considerando a relevância dos compromissos recíprocos estabelecidos entre doadores e receptores. Um relacionamento direcional é aquele no qual um ator é a origem e outro ator é o destino de um caminho sem retorno, de modo que a aresta resultante assemelha-se a uma flecha. Ao tratar as arestas como não direcionais, estamos assumindo que se trata de relações de dois sentidos, nas quais dispêndios financeiros implicam acúmulo de prestígio, a partir do qual um ator aumenta ou não sua centralidade numa rede.

O grafo da rede geral com todos os atores participantes da eleição examinada pode ser visualizado na Figura 2. Ainda que não seja possível realizar interpretações acuradas a partir deste grafo, ele permite perceber algumas características da rede, como a presença maciça de doadores, sejam financiadores privados, comitês ou diretórios (pontos verdes), e a mencionada diferença numérica entre homens (pontos azuis) e mulheres (pontos vermelhos).



Figura 2 – Grafo da rede geral de financiamento político Litoral do Paraná, Eleições 2008

Fonte: Elaboração dos autores a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

2. Análise da integração regional

O grafo apresentado na Figura 3 exprime as redes nas quais todos os candidatos de cada um dos municípios foram agrupados em um único nó. As relações de financiamento intramunicipais produzem redes bastante densas, cuja complexidade está diretamente relacionada ao porte e ao dinamismo econômico de cada cidade. É por isso que Guaraqueçaba forma uma rede modesta em comparação com as demais⁷, especialmente Paranaguá, ainda que as magnitudes dos distritos eleitorais sejam iguais para seis municípios e ligeiramente maior para este último.

7. Motivo pelo qual o rótulo com o nome do município é ilegível no grafo.

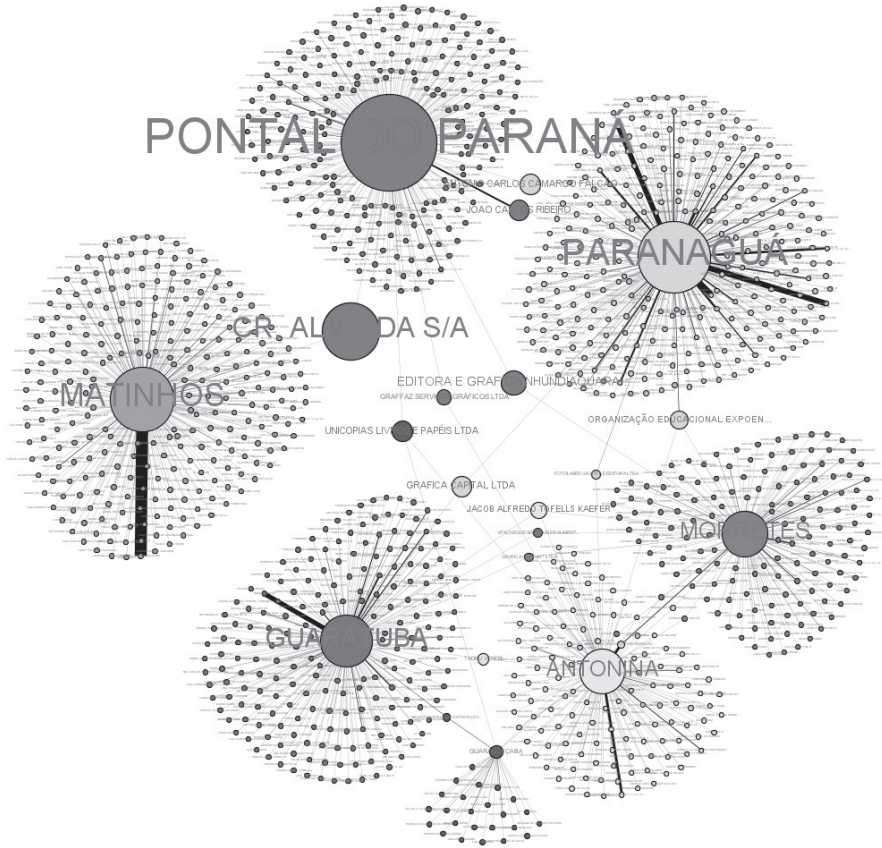


Figura 3 – Grafo da rede geral de financiamento político Litoral do Paraná, Eleições 2008, com identificação das comunidades formadas pelos municípios
 Fonte: Elaboração dos autores a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

Poucos nós/doadores conectam as redes municipais entre si e por número inexpressivo de arestas (Quadro 1). Talvez à exceção da empresa C.R. Almeida, não se encontram atores muito relevantes entre integradores municipais e, se tais atores fossem excluídos, as redes ficariam isoladas, traduzindo, no caso estudado, o caráter eminentemente localizado, vale dizer, distrital, da eleição municipal em regiões periféricas do ponto de vista das estratégias partidárias nacionais. Fica evidenciada, portanto, a baixa integração regional no que tange ao financiamento político no litoral paranaense.

Quadro 1. Doadores integradores da rede regional do litoral paranaense classificados por centralidade de intermediação

Nome	Tipo
CR.ALMEIDA S/A	Financiador privado (Pessoa Jurídica - PJ)
EDITORA E GRAFICA NHUNDIAQUARA LTDA	Financiador privado (PJ)
GRAFICA CAPITAL LTDA	Financiador privado (PJ)
JOAO CARLOS RIBEIRO	Financiador privado (Pessoa Física - PF)
ANTONIO CARLOS CAMARGO FALCÃO	Financiador privado (PF)
UNICOPIAS LIVROS E PAPÉIS LTDA	Financiador privado (PJ)
ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL EXPOENTE LTDA	Financiador privado (PJ)
JACOB ALFREDO TOFELLS KAEFER	Financiador privado (PF)
GRAFFAZ SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	Financiador privado (PJ)
TADEU VENERI	Financiador privado (PF)
FOTOLASER GRAFICA E EDITORA LTDA	Financiador privado (PJ)
GRAFICA GOULART LTDA	Financiador privado (PJ)
VITACHEQUE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO SC LTDA	Financiador privado (PJ)
IMCOPA IMPRTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE OLEOS LTDA	Financiador privado (PJ)
IBPEX INST BRAS DE POS GRADUAÇÃO E EXTENSÃO LTDA	Financiador privado (PJ)
GODOY PEREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS	Financiador privado (PJ)
EDINEIZE DOS SANTOS	Financiador privado (PF)
ROSANE LEITE DE ARAUJO RAMOS	Financiador privado (PF)
JOZEMAR ROBASSA JUNIOR	Candidato a vereador em Morretes

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

A despeito da reduzida expressão numérica dos integradores se levarmos em conta o conjunto de financiadores, vale a pena deter-se neste grupo específico quando se observam os resultados eleitorais. Os integradores municipais financiaram ao todo 35 candidatos, dos quais oito se elegeram – taxa de sucesso de 24%, significativamente superior à média geral de 8% entre todos os candidatos. Destacam-se, também, a quantidade de candidatos a prefeito (oito) e a de comitês eleitorais (oito) entre os receptores de recursos dos integradores municipais. Numa análise rápida do perfil das pessoas

físicas que fizeram doações em mais de um município, encontramos deputados (um federal e um estadual), candidatos em outras eleições e o proprietário do porto privado de Pontal do Paraná, em suma atores com interesses no processo político da região.

Na busca de outros elementos explicativos da dinâmica regional, agregamos as doações às candidaturas por filiação partidária, constituindo núcleos conectores das doações recebidas pelos partidos, tal qual pode ser percebido na imagem a seguir:

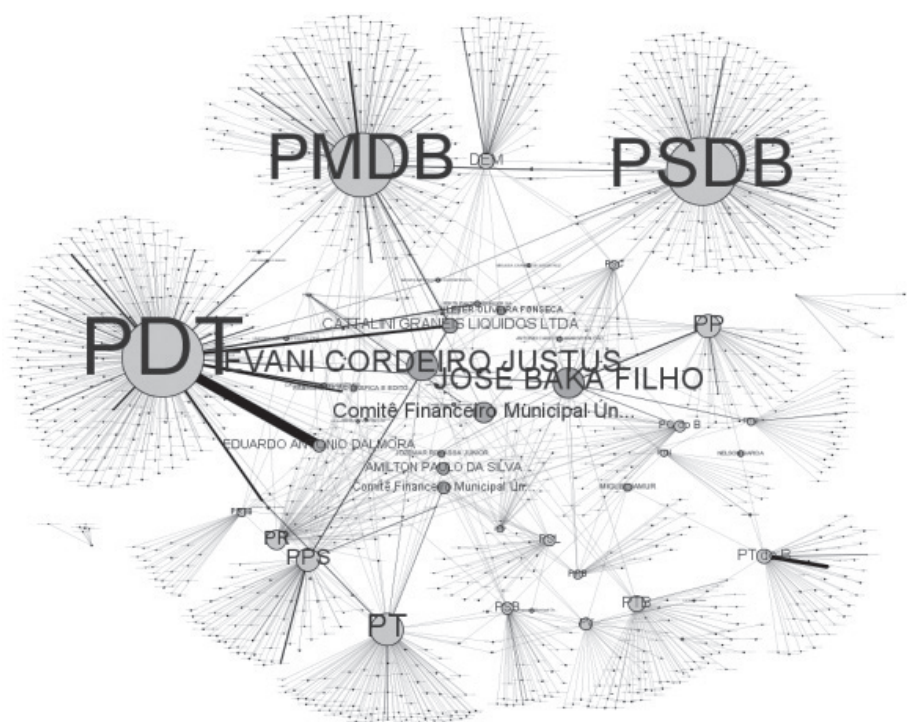


Figura 4 – Grafo da rede geral de financiamento político Litoral do Paraná, Eleições 2008, com identificação das comunidades formadas pelos partidos
Fonte: Elaboração dos autores a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

Destacamos o papel das candidaturas a prefeito e comitês partidários na intermediação entre grupos partidários, com que as candidaturas majoritárias necessitam financiar as proporcionais para viabilizar coligações. Na rede anterior, encontramos 61 doadores que contribuem para mais de um partido. Dentre eles, dez candidaturas a prefeito, sete, a vereador, seis comitês partidários,

vinte financiadores pessoas jurídicas e dezoito, pessoas físicas. Reafirmando a importância das candidaturas a prefeito na integração interpartidária, listamos no Quadro 2 os dez doadores em ordem decrescente por centralidade de intermediação⁸:

Quadro 2 – Principais doadores, segundo centralidade de intermediação

Doador	Tipo
José Baka Filho	Candidatura Prefeito
Evani Cordeiro Justus	Candidatura Prefeito
Comitê Financeiro Municipal Único Pontal do Paraná PMDB	Comitê
Cattalini Granéis Líquidos Ltda	Financiador privado (Pessoa Jurídica - PJ)
Eduardo Antonio Dalmora	Candidatura Prefeito
Amilton Paulo da Silva	Candidatura Prefeito
Comitê Financeiro Municipal Único Morretes PT	Comitê
Kleber Oliveira Fonseca	Candidatura Prefeito
Miguel Jamur	Candidatura Prefeito
Jozemar Robassa Junior	Candidatura Vereador

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

8. Em termos de cálculo, a *centralidade de intermediação* de um nó é a proporção de todas as distâncias geodésicas entre pares de outros nós que incluem este nó (DEGENNE & FORSÉ, 2007). Quando se apura que determinados atores apresentam maior valor de intermediação, pode-se afirmar que eles são os nós com maior capacidade para obstruir ou agilizar relacionamentos, porque se encontram nos caminhos mais curtos que ligam os demais nós da rede. Trata-se de uma medida da importância de um ator em uma cadeia de contatos que facilita o fluxo de recursos, um papel semelhante ao de um relé em uma rede elétrica, que possibilita ou barra a passagem de energia. Ou seja, sua remoção torna mais longo ou simplesmente interrompe um caminho importante pelo qual fluem os recursos transacionados.

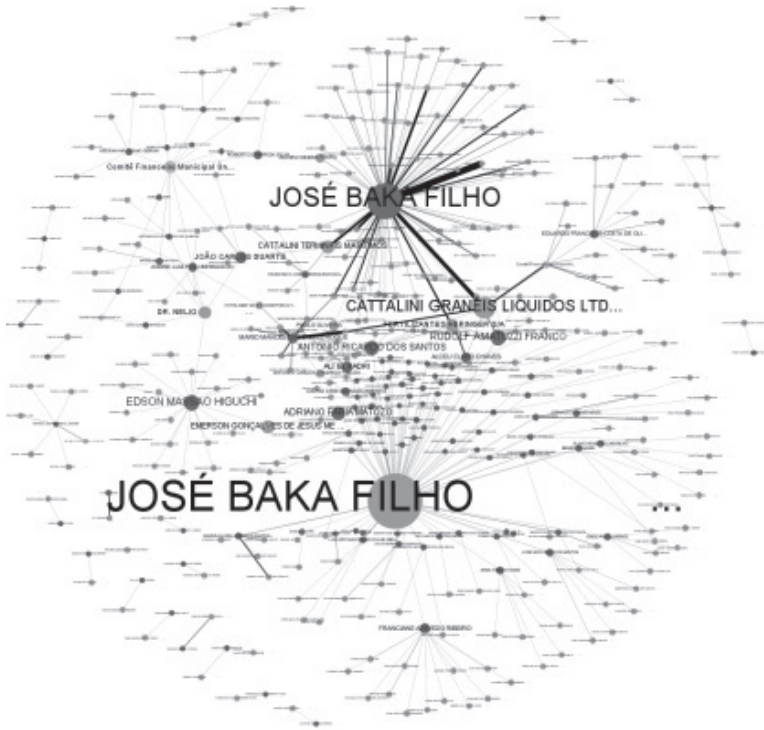


Figura 5 – Grafo da rede de financiamento político Paranaguá, Eleições 2008

Fonte: Elaboração dos autores a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

Para se compreender a dinâmica de financiamento eleitoral na região pode-se tomar como exemplo a eleição no município de Paranaguá. Na Figura 5, acima, pode-se observar que a candidatura de José Baka Filho, candidato a prefeito posteriormente eleito, é simultaneamente a principal arrecadadora e a principal doadora de campanha. Dessa maneira, a candidatura em questão obtém vínculos com um grande número de candidaturas a vereador, ampliando os compromissos para a realização da campanha e, conseqüentemente, as chances eleitorais.

A partir da agregação de doadores/partidos na rede do litoral, transformamos a rede *two-mode* resultante (Figura 4, acima) – com nós de dois tipos, no caso, doadores e partidos – em uma *one-mode* (Figura 6, abaixo) – estabelecendo relacionamentos diretos, partido↔partido, através de seus doadores em comum. Dessa maneira, no grafo, estarão agregados em comunidades os

partidos que partilham um maior número de doadores. Essas comunidades podem, ou não, expressar as coligações formalmente estabelecidas para o pleito.

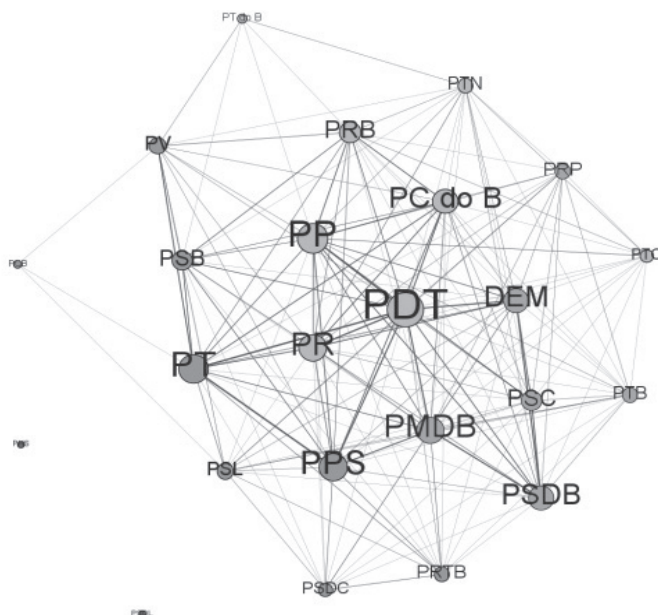


Figura 6 – Grafo da rede *one-mode* de financiamento político Litoral do Paraná, Eleições 2008, com identificação das comunidades formadas pelos partidos

Fonte: Elaboração dos autores a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

A representação anterior, confirmada em outros exercícios realizados⁹, apresenta as seguintes características: o PDT ocupa o centro do grafo, uma vez que se relaciona com todos os partidos, exceto com os quatro menores. Em todos os exercícios ficaram em polos opostos o DEM e o PSDB, por um lado, e o PT, por outro. Vale a pena destacar que PMDB, PP, PCdoB e PPS são partidos que

9. O cálculo de distribuição dos nós em comunidades obedece ao critério de que todos os nós estarão obrigatoriamente inseridos em alguma comunidade. Para nós com pesos equivalentes, o algoritmo produz uma distribuição aleatória, de modo que nós próximos à fronteira de uma ou outra comunidade são alocados em uma ou outra conforme o exercício realizado.

se alternam entre as comunidades porque os cálculos de coesão interna os situam nas fronteiras dos agrupamentos.

Para além da evidência de que os atores com número significativo de relacionamentos é pequeno em comparação ao universo, esses resultados mostram que, em contraste com a rede geral, na qual o ator mais comum é o doador, nas redes reduzidas este rareia devido ao que se depreende serem poucos os financiadores que exercem papel de jogadores relevantes na eleição investigada. Aventamos também a hipótese de que os candidatos altamente conectados têm maiores chances eleitorais. Na análise dos componentes a seguir, veremos que isso é parcialmente verdadeiro, pois não estar mergulhado em uma teia complexa de relações formais pode ser uma estratégia eleitoral de boa parte das candidaturas bem-sucedidas.

3. Análise dos componentes

As análises sobre a rede geral, realizadas anteriormente, permitem compreender os elementos que construíram sua integração. Podemos, então, aprofundar a análise a partir de uma característica das redes que é a distribuição dos atores em componentes¹⁰. Especialmente em redes complexas, há geralmente um componente gigante – aquele com um grande número de nós conectados entre si – e outros componentes, muitos dos quais são díades ou tríades isoladas dos demais atores. Isso ocorre também na rede em exame. Além da rede completa mostrada na Figura 2, pode-se decompô-la em seus componentes. Assim o fizemos e o resultado pode ser visualizado nas Figuras 7 e 8.

O componente gigante da rede soma 1.362 nós. Isso significa que 73% dos atores que formam a rede de financiamento investigada estão conectados entre si. Os demais 495 nós estão dispersos entre 124 componentes, aos quais denominamos isolados. Cada um destes tem em média um pouco menos de quatro nós – ou seja, trata-se de atores bastante atomizados em relação aos demais integrantes da rede.

10. Um componente, dentro de uma rede, é um conjunto de nós no qual qualquer nó atinge todos os outros pelos caminhos formados pelas arestas deste conjunto. Pode-se, sociologicamente, considerar um componente um grupo de atores conectados entre si.

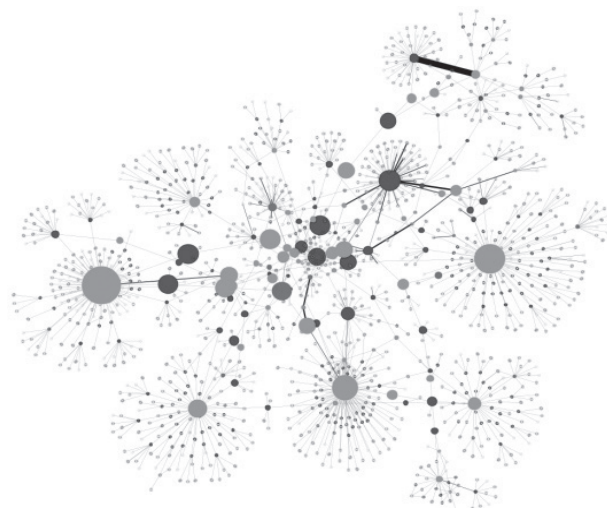


Figura 7 – Grafo do componente gigante da rede de financiamento político do Litoral do Paraná, Eleições 2008

Fonte: Elaboração dos autores a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais



Figura 8 – Grafo dos componentes isolados da rede de financiamento político do Litoral do Paraná, Eleições 2008

Fonte: Elaboração dos autores a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

Já demonstramos o papel dos financiadores privados na promoção da integração regional e, portanto, sua função nuclear para a constituição do componente gigante. Adicionalmente demonstramos o papel das candidaturas a prefeito (candidato + comitê partidário municipal)¹¹ como integradores dos grupos partidários. Isso é coerente com a necessidade de os candidatos majoritários arregimentarem apoio entre as forças políticas para a viabilização eleitoral. Tal apoio tem como expressão prática os compromissos financeiros efetivados entre o candidato majoritário e os candidatos proporcionais, estratégia percebida através da análise do compartilhamento de financiadores declarados nas prestações de contas analisadas.

A estratégia evidenciada para a campanha a prefeito não pode ser estendida para compreendermos as estratégias utilizadas nas campanhas a vereador, notadamente marcadas pela pessoalidade. Se em princípio é evidente que os candidatos a prefeito necessitam compor-se em uma complexa rede de apoiadores, podemos perguntar para efeito investigativo se essa mesma estratégia é realizada pelos vereadores, ou seja, ao estar diretamente relacionado com o grande núcleo da rede aumenta ou diminui as chances eleitorais? Adicionalmente, considerando-se a clivagem de gênero, perguntamos: há diferenças entre a opção estratégica de candidatos e candidatas para a sua viabilidade eleitoral?

Nossa hipótese inicial era de que estar nos componentes isolados significava ocupar posições periféricas no jogo eleitoral, com menores possibilidades de eleição. A análise dos componentes aportou achados distintos desta hipótese. Verificou-se que, dentre os eleitos, há expressivo número dos que adotam práticas de isolamento, implicando a presença desses atores nos componentes isolados da rede. Executamos teste qui-quadrado¹² entre as variáveis categóricas,

11. É necessário explicar que a prestação de contas da campanha dos candidatos a prefeito pode ser realizada tanto através do próprio candidato quanto do comitê financeiro único. Por exemplo, podemos citar o caso do candidato a prefeito em Paranaguá, Alceu Maron Filho (PPS), e do candidato a prefeito em Pontal do Paraná, Rudisney Gimenes (PMDB). O primeiro apresenta prestação de contas no TSE sem registros. O segundo declara uma única doação de R\$ 5.000,00. Em ambos os casos, a análise de despesas do comitê financeiro único evidencia que a campanha de ambos os candidatos foi realizada através do comitê.

12. Para realização deste e de todos os demais testes estatísticos deste trabalho, utilizamos o software *Sofa – Statistics Open For All*, disponível para download gratuito em www.sofastatistics.com.

situação (eleito e não eleito) e componente (gigante, isolados) para os candidatos a vereador. Como resultado, constatamos que faz diferença estar em uma ou outra categoria de componentes no tocante à situação. Pode-se afirmar, então, que o candidato fora do componente gigante tem ampliada a sua possibilidade de eleição? Como veremos a seguir, tal questão apresenta mais de uma resposta, na medida em que os candidatos, especialmente os eleitos, realizam diferentes estratégias no que concerne à formalização da campanha.

Quadro 3 – Teste Qui-Quadrado de associação entre componente e situação – candidatos a vereador

“Componente” and “Situação”

p value: < 0.001*

Pearson’s Chi Square statistic: 22.39

Degrees of freedom (df): 1

		Situação					
		Eleito		Não Eleito		Total	
		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp
Componente	Gigante	32	47.8	365	349.2	397	397.0
	Isolado	33	17.2	110	125.8	143	143.0
	Total	65	65.0	475	475.0	540	540.0

Minimum expected cell count: 17.213

% cells with expected count < 5:00

*If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the results is statistically significant i.e. there is a relationship.

Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

Para refinar a análise desta questão, examinamos apenas os eleitos, calculando se há diferença significativa entre duas categorias de candidatos eleitos – os pertencentes ao componente gigante e os pertencentes aos componentes isolados – quanto à medida de centralidade de intermediação. Para tanto, realizamos o teste U de Mann-Whitney¹³

13. Este teste permite verificar se há diferença estatística nas médias de uma variável numérica que não apresenta distribuição normal – a centralidade por intermediação, neste caso – entre dois grupos que compõem uma variável categórica – estar ou não no componente gigante da rede.

e obtivemos, como resultado, uma diferença significativa, ou seja, pertencer a um ou outro componente implica ter médias diferentes de centralidade de intermediação (Quadro 4). O teste dá indícios de ser válida a hipótese de diferenciação de estratégias de campanha entre candidatos pertencentes ao componente gigante e aos demais componentes – ou seja, de que aqueles apostam na formalização e constroem redes amplas e densas de doadores legais, enquanto os últimos não privilegiam círculos formais de financiamento eleitoral.

Quadro 4 – Teste Mann-Whitney U de diferença entre componentes (gigante e isolados) – vereadores eleitos

Results of Mann Whitney U test of “Betweenness_Centrality” for “Gigante”vs “Isolado”

Two-tailed p value: < 0.001*

U statistic: 0.0**

z: 7.076

Group	N	Median	Avg Rank	Min	Max
Gigante	32	4.719.228	49.5	1360.0	55.396.666.453
Isolado	33	0.0	17.0	0.0	16.0

* If p is small, e.g. less than 0.001, you can assume the result is statistically significant i.e. there is a difference between at least two groups.

Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

** U is based on the results of matches between the “Gigante” and “Isolado” groups. In each match, the winner is the one with the highest Betweenness_Centrality (in a draw, each group gets half a point which is why U can sometimes end in .5). The further the number is away from an event result i.e. half the number of possible matches (i.e. half of 32×33 in this case i.e. 528.0) the more unlikely the difference is by chance alone and the more statistically significant it is.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

Entre os candidatos – prefeitos e vereadores – eleitos presentes nos componentes isolados, as díades chamam a atenção. Nelas, o candidato eleito tem um único doador, com muita frequência ele mesmo, em valores de doação expressivamente reduzidos. Nesta condição, encontram-se 29 dos 35 eleitos fora do componente gigante.

Alguns resultados interessantes são encontrados também ao se introduzir uma clivagem de gênero na análise em curso. Nos componentes isolados, quase todos os eleitos são homens – há apenas uma mulher. As demais mulheres eleitas (6) constam do componente gigante. O que esses dados sugerem? Embora seja um n insuficiente, é razoável supor que o jogo partidário-eleitoral tem regras que permitem a esses homens realizar suas campanhas sem maiores vínculos com as estratégias partidárias na grande rede de financiamento eleitoral. É razoável indagar se os referidos candidatos, ao se isolarem das estratégias partidárias, acumulam vantagens ou desvantagens em relação ao seu eleitorado específico.

A análise da rede formada pelo recebimento e transferência de recursos de campanha pelas candidaturas majoritárias (candidato + comitês) revela opções estratégicas realizadas pelos dirigentes partidários em função de seus objetivos eleitorais, ou seja, alguns candidatos a vereador podem receber mais recursos do que outros em função do potencial de integração de suas candidaturas para a campanha majoritária.

O fato de as mulheres estarem mais integradas no componente gigante é revelador de um maior comprometimento com os partidos e, portanto, com as campanhas majoritárias. No caso dos homens candidatos a vereador eleitos, integrantes de pequenos componentes isolados, podemos supor tratar-se de candidaturas com frágeis vínculos com a campanha de prefeito e com as lideranças partidárias. Ou seja, poderíamos afirmar tratar-se de campanhas relativamente isoladas centradas em sua própria base eleitoral.

Há, portanto, claras diferenças nas estratégias de financiamento entre candidatos de dentro e de fora do componente gigante. E como este se comporta?

Para esta análise, elegemos a centralidade por intermediação como medida. Chegamos à primeira conclusão que dentro do componente gigante há diferença estatisticamente significativa entre eleitos e não eleitos. Ou seja, aqueles candidatos que optaram por não se isolar na rede de financiamento tinham de apresentar maior centralidade para incrementar suas chances eleitorais, vale dizer, precisavam atrair um número maior de financiadores dispostos a explicitar compromissos decorrentes do relacionamento financeiro.

Para confirmar a constatação dessa estratégia de alguns eleitos, de buscar posições centrais dentro da maior sub-rede de financiamento,

executamos um teste *t*, comparando a centralidade de intermediação no componente gigante entre as categorias eleito e não eleito. Constatamos diferença significativa entre as categorias, podendo-se supor que estar entre aqueles com maior centralidade aumenta as possibilidades de eleição (Quadro 5).

Quadro 5 – Teste T de médias de centralidade de intermediação para candidatos eleitos e candidatos não eleitos

Results of Independent Samples t-test of average “Betweenness_Centrality” for “Eleito” vs “Não Eleito”

p value: < 0.001*

t statistic: 4.117

Degrees of Freedom (df): 408

Group	N	Mean	CI95%3	Standard Deviation	Min	Max	Kurtosis	Skew 6	p abnormal
Eleito	37	26.186.931	11512.653 40861.209	45.540.893	1360.0	201.825. 582.517	6.104	2.550	< 0.001
Não Eleito	373	7.061.054	4583.571- 9539437	24.416.751	0.0	190387.0	34.470	5.647	< 0.001

* If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

As variações de magnitude dos distritos e do preenchimento dos cargos pelo sistema proporcional podem, no entanto, acarretar vieses. É possível um candidato eleito não estar, por exemplo, entre os mais votados em seu município ou mesmo tenha um número de sufrágios inferior ao de um eleito em outro município em situação semelhante. Dessa forma, visando à redução dessa possível distorção, calculamos, por meio do teste de Pearson, a correlação entre votação e centralidade de intermediação dentro do componente gigante. O resultado é uma correlação positiva e moderada ($R^2 = 0,21$), conforme o Gráfico 1. Ou seja, há alguma tendência de os candidatos que ocupam posições privilegiadas na intermediação de recursos serem os mais votados.

Gráfico I – Teste de correlação linear de Pearson para centralidade de intermediação versus total de votos

Results of Pearson's Test of Linear Correlation for "Betweenness_Centrality" vs "Total_Votos"

Two-tailed p value: < 0.001*

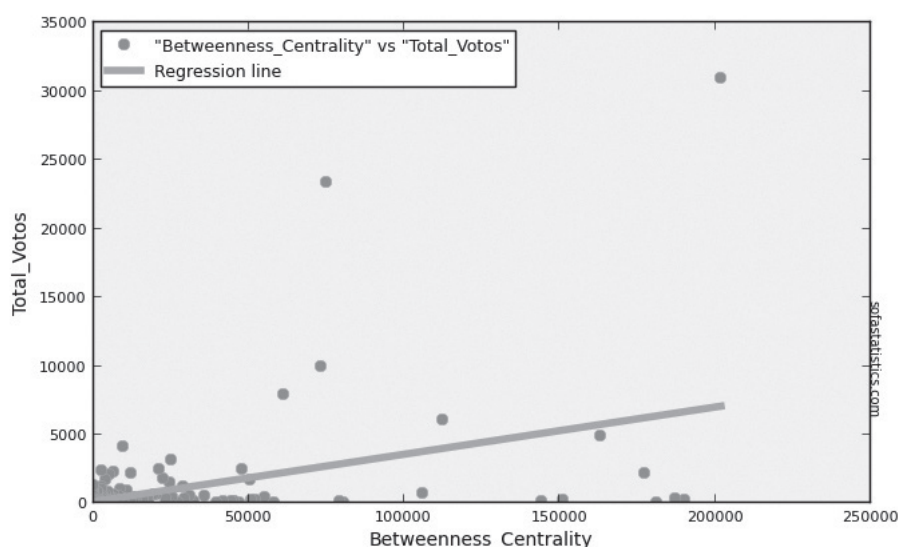
Pearson's R statistic: 0.456

Degrees of Freedom (df): 408

Linear Regression Details:**

- Slope: 0.034

- Intercept: 145.976



* if p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant i.e. there is a relationship.

** Always look at the scatter plot when interpreting the linear regression line.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

Verificada a relevância da medida de centralidade de intermediação, outros testes de correlação concernentes ao financiamento político podem ser executados no sentido de enriquecer as análises em curso. Para tanto, realizamos dois procedimentos, sempre dentro do componente gigante. No primeiro deles, correlacionamos a medida em questão com o valor total das doações recebidas por cada candidato, comitê ou diretório, obtendo uma correlação moderada ($R^2 = 0,20$) a partir do teste de Pearson, como se pode observar no Gráfico 2. Em outros termos, ocupar

posição central na intermediação pode implicar receber mais recursos financeiros.

Gráfico 2 – Teste de correlação linear de Pearson para centralidade de intermediação versus total recebido

Results of Pearson's Test of Linear Correlation for "Total_Recebido" vs "Betweenness_Centrality"

Two-tailed p value: < 0.001*

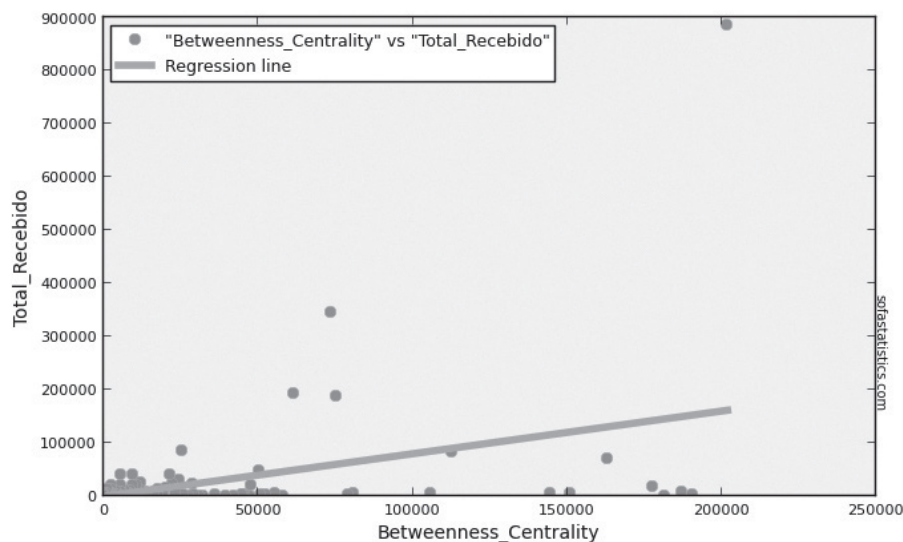
Pearson's R statistic: 0.448

Degrees of Freedom (df): 408

Linear Regression Details:**

- Slope: 0.25

- Intercept: 6929.145



* if p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant i.e. there is a relationship.

** Always look at the scatter plot when interpreting the linear regression line.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

Por fim, o segundo procedimento foi a execução do teste de Pearson para verificar a correlação entre a centralidade de intermediação e o grau dos nós, que no nosso caso representa o número de doações, realizadas ou recebidas pelos doadores, candidatos e comitês ou diretórios. O resultado é uma correlação positiva e

forte ($R^2 = 0,49$) entre as variáveis, como pode ser observado no Gráfico 3. No caso em questão, isso significa que os atores que exercem papel mais central de intermediação, em geral, também se relacionam com um número maior de outros participantes do jogo eleitoral¹⁴.

Gráfico 3 – Teste de correlação linear de Pearson para centralidade de intermediação versus grau

Results of Pearson's Test of Linear Correlation for "Grau" vs "Betweenness_Centrality"

Two-tailed p value: < 0.001*

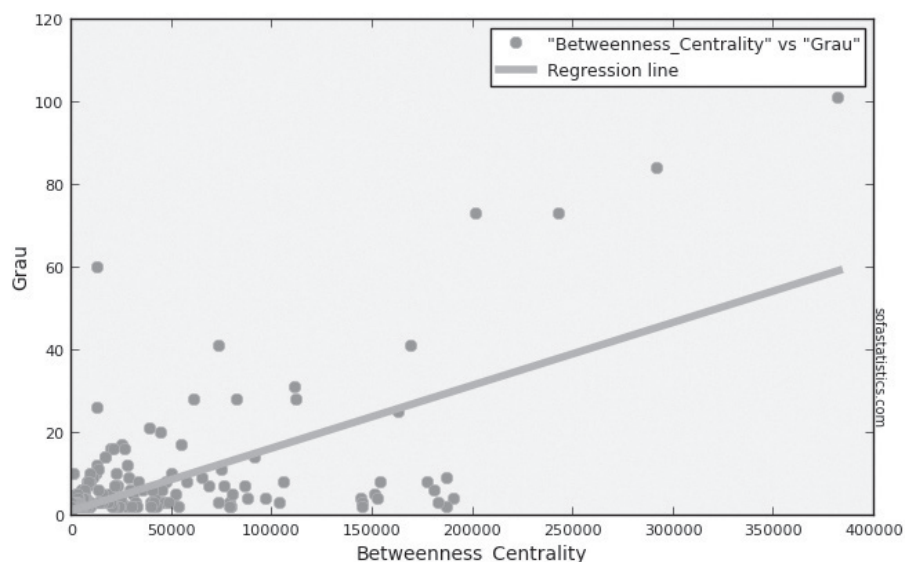
Pearson's R statistic: 0.7

Degrees of Freedom (df): 1360

Linear Regression Details:**

- Slope: 3224.137

- Intercept: -1613.691



* if p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant i.e. there is a relationship.

** Always look at the scatter plot when interpreting the linear regression line.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de TSE - Repositório de dados eleitorais

14. Essa constatação pode parecer óbvia, é possível, porém, que um ator se relacione com poucos atores, mas esteja no meio do caminho de dois ou mais grupos com vários nós, exercendo alta centralidade de intermediação embora apresente um número reduzido de relacionamentos diretos, ou seja, baixo grau.

Considerações Finais

Os experimentos realizados demonstraram que a metodologia de análise de redes é uma ferramenta eficiente para revelar relações presentes na dinâmica das eleições que a estatística descritiva dificilmente mostraria, a depender, contudo dos cuidados de normalização dos dados para a identificação unívoca de cada um dos atores.

O caso estudado – eleições de 2008, no Litoral do Paraná – revelou que poucos atores promovem a articulação intermunicipal, configurando uma reduzida integração regional. A aplicação da metodologia na rede interpartidária mostrou, também, uma alta capacidade explicativa em relação aos movimentos estratégicos das campanhas majoritárias. O financiamento das candidaturas proporcionais, através das majoritárias identificadas na rede, seja por meio da prestação de contas da própria candidatura ou do comitê financeiro, assomou como um dos importantes instrumentos analíticos dos fatores que levam ao sucesso eleitoral. Candidaturas majoritárias e comitês estão entre os atores mais importantes quando se analisa a centralidade de intermediação interpartidária, notadamente pela necessidade das candidaturas majoritárias em financiar as candidaturas proporcionais para viabilizar coligações e incrementar sua capacidade operacional.

Outro achado no âmbito da análise da integração interpartidária foi o de que, quando conectamos os partidos políticos através dos doadores, encontramos uma distribuição de grupos partidários coerente com os resultados eleitorais, de modo que o PDT ocupa centralidade ao mesmo tempo em que participa de um maior número de coligações nas candidaturas a prefeito no Litoral do Paraná. Adicionalmente, a tensão entre PT de um lado e PSDB e DEM de outro se mantém, mesmo havendo casos de relacionamento entre eles.

No tocante aos vereadores, a topologia das redes de financiamento trouxe à luz duas estratégias de campanhas bem distintas. A primeira é a integração à campanha majoritária do partido, perceptível pela presença desses atores em posições centrais no componente gigante. A outra é o relativo isolamento da campanha, que observamos na rede pela presença de candidatos em díades ou em pequenos componentes desconectados dos demais. Na primeira estratégia, os vereadores eleitos são os que ocupam posições de maior centralidade. Na segunda, metade dos vereadores eleitos, vários deles reeleitos,

declararam apenas uma doação, em geral tendo como origem seus próprios recursos. O isolamento de campanhas bem-sucedidas evidencia baixa subordinação às estratégias partidárias e sinaliza para práticas culturais de voto pessoalizado, com agentes políticos que assumem campanhas voltadas exclusivamente às suas bases.

Exploramos também as diferenças entre as candidaturas de homens e mulheres na rede de financiamento estudadas. Para além da assimetria de gênero – elas são 23% das candidaturas e uma em cada dez vereadores eleitos – constatamos que, diversamente de nossa hipótese inicial, o posicionamento das mulheres eleitas não difere em centralidade, mesmo sendo destacada a estratégia da quase totalidade destas mulheres de conectar-se às candidaturas majoritárias, ou seja, de posicionar-se no componente gigante, em contraste com os homens eleitos e sua forte presença nos componentes isolados.

Em suma, o estudo demonstra as potencialidades do uso da análise de redes sociais na investigação da dinâmica eleitoral no Brasil, indicando a continuidade e a ampliação desta agenda de pesquisa em diferentes escalas.

Referências

- ABRAMO, C. W. (2005). Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 73, p. 33-7.
- _____. (2005a). *Um mapa do financiamento político nas eleições municipais brasileiras de 2004*. Disponível em <<http://www.transparencia.org.br/docs/mapa2004.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2011.
- ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (2012). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- ARAÚJO, C. A. P. (2004). Financiamento de campanhas eleitorais. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, Senado Federal, a. 41 n. 161 jan./mar. 2004, p. 59-66.
- BAQUERO, M. (2007). Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, n. 2, nov. 2007, p. 231-259.
- BOAS, T. C.; HIDALGO, F. D.; RICHARDSON, N. P. (2013) *The Spoils of Victory: Campaign Donations and Government Contracts in Brazil*. Disponível em: <http://people.bu.edu/tboas/political_investment.pdf>. Acesso em 18 out. 2013.
- BOHN, S. (2009). Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. *Perspectivas*, São Paulo, vol. 35, p. 91-116, jan./jun. 2009.

- BOLOGNESI, B. (2012). A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? *Paraná Eleitoral – Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*. Curitiba, vol. 1, n. 2, ago. p. 107-29.
- BOLOGNESI, B.; CERVI, E. U. (2011). *Distribuição de recursos e sucesso eleitoral nas eleições 2006*: Dinheiro e tempo de HGPE como financiadores de campanha a deputado federal do Paraná. Trabalho apresentado no GT 13 – “Financiamento político no Brasil” – do 35º. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG.
- BOURDOUKAN, A. Y. (2009). *O bolso e a urna*: financiamento político em perspectiva comparada. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CARVALHO, N. R. (2009). Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. In: *Cadernos Metrópole*, São Paulo, vol. 11, n. 22, jul./dez, p. 367-384.
- CASTRO, I. (2005). *Geografia e política*: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro RJ: Bertrand Brasil.
- CERVI, E. U. (2009). Instituições democráticas e financiamento de campanhas no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 e o financiamento público exclusivo de campanhas. *Anais*. 33º Encontro Anual da ANPOCS. Outubro de 2009, Caxambu, MG.
- _____. (2010). Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4. Brasília, jul.-dez. 2010, p. 135-167.
- DEGENNE, A.; FORSÉ, M. (2007). *Introducing social networks*. Sage: Londres.
- FLEISCHER, D. (2002). As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). *Opinião Pública*, vol. 8, n. 1, 2002.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [s/d]. *Atlas do censo demográfico 2010*. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em 18 jun. 2013.
- LEMIEUX, V.; OUMET, M. (2004). *Análise estrutural das redes sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LEMO, L. B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J. H. (2010). Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. *Opinião Pública*, vol. 16, n. 2, p.366-93
- MANCUSO, W. P.; SPECK, B. W. (2012). *Financiamento empresarial e desempenho eleitoral no Brasil: um estudo das eleições para deputado federal em 2010*. Texto

apresentado no VIII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, Curitiba/PR.

PEIXOTO, V. M. (2009). Financiamento de campanhas: o Brasil em perspectiva comparada. *Perspectivas*, São Paulo, vol. 35, p. 91-116, jan./jun. 2009.

REIS, B. P. W.; FERREIRA, L. M.; FIALHO, F. M. (2011). *Reforma política e financiamento de campanhas: anotações para uma taxonomia do financiamento eleitoral*. Trabalho apresentado no GT 13 – “Financiamento político no Brasil” – do 35°. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG.

RUBIO, D. F. (2004). Financiamento político en el Cono Sur: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. In: GRINER, S. *De las normas a las buenas prácticas: el desafío del financiamiento político en América Latina*. 1º ed. San Jose Costa Rica: OEA IDEA, 2004. p. 271-294.

_____. (2005). Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. *Novos estudos*. 2005, São Paulo, CEBRAP, n.73, p. 6-16. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 14 maio 2012.

_____. (2005a). Financiamento de partidos e campanhas. *Novos Estudos*. São Paulo, CEBRAP, n. 73, nov. 2005. p. 5-15.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. [s.d]. *Repositório de dados eleitorais*. Brasília. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em 22 abr. 2012.

ZOVATTO, D. (2005). Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 11, n. 2, out., p. 287-336 .